



As transformações na cadeia produtiva do leite: impactos no Rio Grande do Sul e em Santa Maria

Vicente Celestino Pires Silveira¹
Paulo Ramon Pedrazzi²

Introdução

Este documento descreve, de forma simplificada, as transformações ocorridas no setor leiteiro do Rio Grande do Sul e seu impacto na bacia leiteira de Santa Maria. O documento foi elaborado com base no relatório final da CPI do Leite da Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul - <http://www.al.rs.gov.br>, de contato com as cooperativas, produtores, professores e extensionistas ligados ao setor, em Santa Maria.

Síntese da cadeia produtiva do leite

Para entendimento da crise enfrentada pelos produtores de leite, é preciso contextualizar os fatos históricos no tempo e no espaço, para compreensão dos dois momentos históricos da cadeia produtiva brasileira do leite.

O primeiro momento coincide com a economia nacionalista-estatizante, modelo esse que existiu até o final dos anos oitenta e que tem maior identidade cultural com o Estado patrimonialista: era a economia de reserva de mercado.

A intervenção do Estado na cadeia produtiva do leite se dava através do tabelamento do preço do leite e dos seus derivados, pela Comissão Interministerial do Preço – CIP. Nesse período, a indústria de laticínios era formada por pequenas e médias unidades empresariais, assim como havia uma pulverização da rede de estabelecimentos de comércio varejista. Era forte a presença de cooperativas e significativa a participação de empresas estatais, como a CORLAC, no Rio Grande do Sul. O perfil das empresas era de empresas de capital nacional.

O segundo momento, a partir do início dos anos noventa, é o que estamos vivendo. É o Estado neo-liberal, de economia de mercado, ditado ao Brasil pelas circunstâncias internacionais de globalização da economia mundial.

O Brasil passou a integrar, sem ser estabelecido um período de transição, um quadro de economia globalizada. Foi extinto o tabelamento de preços pela CIP, passando o mercado a ditar as regras. Nesse período, houve concentração da indústria de leite e das redes de supermercados em poucas empresas. Há

¹ Professor adjunto DEAER / UFSM – Coordenador executivo da UFSM no CIEPER . cieper@mail.ufsm.br.

² Extensionista EMATER / RS - Coordenador executivo da EMATER no CIEPER. cieper@emater.tche.br.

eliminação do setor estatal e as cooperativas passam a ter um papel periférico, praticamente de intermediárias no fornecimento de matéria-prima ou de pequenas unidades industriais de porte regional. Nesse período, o mercado relevante de bens e serviços passou a ser dominado por empresas globais.

No primeiro período histórico – economia estatizante-nacionalista -, a tecnologia predominante no beneficiamento do leite era a do tipo pasteurizado, com leite em saquinho. Pela necessidade logística de resfriamento, as unidades industriais se situavam próximo de seus mercados consumidores. No segundo momento – economia de mercado globalizada – predomina a tecnologia do leite ultrapasteurizado de embalagem longa vida. As unidades industriais destinam seus produtos para todo o mercado nacional e até internacional. É nesse período que houve expansão das bacias leiteiras e aumento da produção de leite.

O período que interessa para essa CPI é justamente o segundo momento – economia de mercado globalizada. Não havendo mais a intervenção do Estado na fixação do preço do leite, mas o mercado, resta a ser apurado quais são os mecanismos de mercado que influenciam a formação do preço do leite e seus derivados, averiguando se há ou não abuso de poder econômico pelas empresas que possuem posição de domínio de mercado, face à concentração empresarial existente.

Produtores rurais e suas entidades representativas e a questão do custo de produção

A produção de leite no Rio Grande do Sul passou por um intenso processo de transformação, pressionada por fatores externos e internos à economia do País. O processo de rearticulação do setor dentro da ótica liberalizante, proporcionou o surgimento de um modelo de desenvolvimento produtivo calcado no demanda de matéria-prima, onde baixos custos de produção combinados com a qualidade do produto, passaram a ser a tônica do atividade e o foco da estratégia industrial para se tornar competitiva no mercado globalizante.

A dinâmica da modernização econômica, com forte pressão competitiva e a implantação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, como zona de livre comércio, gerou um grande impacto e uma séria de desafios para os produtores de leite, principalmente para aqueles situados nos extratos inferiores de produção, nos padrões de agricultura familiar.

Não é possível se analisar a produção de leite no Rio Grande do Sul, sem se levar em conta a estrutura fundiária existente. Essa organização se explica, em parte, pelo modo de colonização européia que beneficiou este Estado. A produção de leite encontra-se dentro deste contexto. Sempre houve produção de leite no Rio Grande do Sul. Mas o quadro econômico de lácteos é relativamente recente, praticamente formado na década de noventa.

Com o fim do tabelamento do leite pelo Governo Federal, houve expansão das bacias leiteiras e das indústrias de lácteos. Regiões tradicionais na produção de leite foram suplantadas pela Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. A produção de leite passou a ser encarada como um complemento de renda para o produtor rural, como alternativa à produção de grão. A própria organização da CCGL reflete isso. Foram cooperativas produtoras de grãos que organizaram a Indústria CCGL ALIMENTOS S/A, atual ELEGÊ. A produção de grão não deixou de ser a atividade principal dessas cooperativas, a produção do leite também não deixou de ser um complemento importante no faturamento dessas.

Pelo critério de produção, pode se classificar os produtores de leites em pequenos, médios e grandes. Os estratos de pequenos produtores rurais, com produção até 50 litros por dias, integram a chamada Agricultura Familiar. Estes representam o maior número de produtores, mas não são os responsáveis pela maior produção de leite cru. A produção de leite no Rio Grande do Sul está concentrada em propriedades rurais menores do que a média nacional, principalmente em áreas de até 50 hectares. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE 1995/1996, são essas propriedades de até 50 hectares que produzem aproximadamente 84,3% da produção de leite. Esse é o perfil das propriedades da Colônia Nova localizadas na Mesorregião Noroeste.

Os produtores de leite no Rio Grande do Sul poderiam ser classificados, ainda, num critério utilizado pela sociologia compreensiva de Max Weber, de produção de leite do tipo doméstica e produção de leite do tipo capitalista. Os grandes produtores de leite se enquadram num tipo de produção capitalista. Estão organizados em unidades produtoras tipo granja, com investimentos em máquinas, tecnologia, genética de ponta, mão de obra com divisão de trabalho e qualificada ou treinada, no mínimo. Os pequenos e médios produtores se enquadram, em regra, como economia do tipo doméstica, caracterizada pelo tipo de produção que não se desvinculou da atividade familiar. É impulsionada pela mão-de-obra da própria família, não mecanizada ou precariamente mecanizada, fraca utilização de tecnologia e precária genética do gado. Nesse quadro, é grave a situação dos pequenos, na medida que os produtores situados nos estratos médios de produção de leite, com algum implemento tecnológico podem transformarem-se em unidade produtores competitivas.

Por esses critérios acima combinados, esta CPI chega a conclusão de que o problema dos pequenos produtores de leite é social, o dos médios é tecnológicos e dos grande é econômico. Esse tipo de análise não é acadêmica. Sendo o objeto deste Inquérito Parlamentar apurar as causas de exclusão dos produtores rurais , é importante identificar quais são os extratos de produção que está havendo exclusão da atividade de leite.

PARMALAT – Por política dessa sociedade não há exclusão do produtor pura e simplesmente, visando garantir a qualidade de seu produto final é efetuado uma

série de análises, dentre essas, está a específica para identificar a presença de inibidores no leite. Assim, e uma vez verificado a ocorrência de problemas é feito todo um trabalho junto ao produtor para a correção do mesmo. Porém, havendo reincidência, dispensamos a coleta do leite até que o produtor consiga equacionar o problema apontado.

ELEGÊ – O leite não é excludente. Tem havido redução de produtores em função de aposentadorias, problemas familiares, falta de mão-de-obra, formação de grupos associativos para produção e entrega de leite.

CAMPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda): Nunca houve exclusão de associados.

COOPROL (Cooperativa de Produtores de Leite Ltda): Nunca houve exclusão de associados.

COOMAT (Cooperativa Mista dos Agricultores de Toropi Ltda): Não excluímos produtores de leite e se eles suspendem a entrega é de livre e espontânea vontade.

Quanta as entidades representativas do produtores rurais, as mesmas baseiam-se na estrutura sindical corporativa do Direito do Trabalho. Cita-se a Federação dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul – FETAG que agrega os sindicatos de trabalhadores rurais. Essas entidades trabalham com a maior parte dos produtores de leite, que se localizam justamente nos extratos mais baixos de produção, de até 50 litros por dia. De outro lado, há a Federação da Agricultura no Rio Grande Do Sul – FARSUL, que agrega os sindicatos rurais, e representam trinta por cento dos produtores de leite, mas responsáveis esses por setenta por cento da produção de leite neste Estado.

A instalação desta CPI se deu por reivindicação da FETAG. Juntamente com a FARSUL, participaram e acompanharam os trabalhos desenvolvidos. Observou-se, ainda, que está surgindo novas formas de organização de produtores rurais, como o MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores. Trata-se de organização não governamental, organizada fora da estrutura do sindicalismo corporativo de unicidade sindical. Mas tem demonstrado uma participação bem ativa, especialmente na discussão da Portaria 056 do MAPA.

Como o preço do leite cru pago ao produtor rural é a questão chave da cadeia produtiva do leite, as entidades representativas têm um papel importante para cumprir, na discussão do preço com a indústria. Mas para isso, necessitará de pesquisa de custo de produção. Isto não existe atualmente. Mas sem esses dados, o produtor rural fica em desvantagem nessa discussão, na medida que a grande indústria possui esses dados. Em suma, sem pesquisa de preço, é impossível se estabelecer um preço justo a ser pago ao produtor rural. É preciso que seja unificado a metodologia das planilhas de custo de produção, a fim de que toda a discussão seja feita de forma unificada. É importante que o Governo do

Estado, através da Câmara Setorial do Leite, coordene este trabalho de negociação do preço, criando grupo de conciliação e arbitramento. Acredita-se que com essas medidas chega-se a estabelecer um preço justo ao produtor rural.

O produtor de leite foi obrigado a se adaptar a um novo modelo produtivo, onde o uso da tecnologia, principalmente a de insumos químicos, é necessário para se tornar competitivo na atividade leiteira. O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo. Todavia, a maior parte de seu estoque é importado, o que propicia uma desvantagem significativa para os produtores de leite que utilizam esses insumos, obrigatoriamente para a formação de pastagens e que dependem constantemente da variação do dólar.

O segmento de sementes e suplementação (ração e similares) também estão sujeitos aos mesmo processo, já que dependem de fertilizantes e defensivos agrícolas para o cultivo da matéria que lhe são origem. Enquanto havia paridade entre o dólar e o real, esses custos não pesavam tanto no custo de produção do produtor de leite. Com o fim da paridade, a variação cambial é passada aos insumos, sem que esses sejam repassados ao produto final, na medida que o preço do leite cru tem sofrido pouca variação, e essa quando ocorre jamais chega perto da variação do dólar em relação a moeda nacional. Esses fatores conjugados com as prestações de cultivos, principalmente pela má qualidade das sementes forrageiras e/ou alterações climáticas, vem proporcionando uma visível desvantagem aos produtores de leite que ficam submetidos, em um mesmo País, a sistemas referenciais diferentes de preços.

Mas não foram só os insumos com variação em dólar que aumentaram o custo de produção do produtor de leite. O salário-mínimo aumenta todos os anos, os tributos não só sobem mas criam-se novos, o frete aumenta e também os combustíveis e a luz elétrica. Todos esses fatores contribuem para que haja perda de renda pelo produtor de leite. Como foi dito, o preço do leite cru tem se mantido estável, enquanto os custos de produção sobem constantemente sem que haja o devido acompanhamento e repasse.

O aumento de custo de produção do leite nas unidades produtoras rurais, pelos fatores acima citados, representa uma perda de renda. Se explica que esse fato não tenha tido maior repercussão, especialmente pelas entidades representativas de produtores rurais, devido a circunstância de não existir pesquisa de custo de produção de leite, por estrato de produção. Se tivesse, certamente esse problema teria sido identificado a mais tempo e estaria na pauta de discussão.

Recursos financeiros de Instituições Governamentais

Existem, basicamente, dois programas do governo federal de financiamento a produção leiteira, o PROLEITE (Programa de incentivo à mecanização, ao resfriamento e ao transporte generalizado da produção de leite), que financia a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à modernização da pecuária

leiteira e, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que tem por objetivo financiar as atividades agropecuárias (e também não agropecuárias), exploradas mediante o emprego direto de força de trabalho do produtor rural e de sua família. Em ambos os casos, há inúmeros bancos repassadores dos recursos, sendo os mais utilizados pelas Cooperativas, o Banrisul, o BRDE e o Banco do Brasil. Das vinte e cinco Cooperativas integrantes do Sistema Elegê, nenhuma informou a captação de financiamento através do PROLEITE. Seis Cooperativas informaram que captam recursos financeiros de programas governamentais através do PRONAF, com juros de 8,5% a.a., para repassar aos produtores associados, ficando a Cooperativa na qualidade de avalista do produtor. O motivo principal que leva a maioria dos produtores rurais a não obter os recursos do PRONAF e PROLEITE é a exigência expressa de avalista nas operações. Muitas Cooperativas não têm condições e/ou não se sujeitam a serem avalistas, uma vez que, nos últimos anos, o número de produtores que abandonaram a atividade leiteira sem quitar seus débitos foi muito grande. Como avais, as Cooperativas tiveram e estão tendo grandes perdas com produtores inadimplentes, por isso estão se negando a avalizar novos financiamentos, fato que torna inviável para outros produtores a captação de tal financiamento.

Motivos de exclusão de produtores de leite

As Cooperativas não excluem produtores de leite, exceto quando da alteração do produto. A exclusão ocorre por livre iniciativa do produtor, pelos seguintes motivos:

- desestímulo devido ao baixo preço do leite;
- baixa remuneração da atividade;
- falta de garantia de preços do produto que garantam os custos e o seu lucro;
- custo de produção elevado;
- dificuldade de se enquadrar nos padrões mínimos de qualidade;
- baixo poder de investimento;
- falta de recursos para investimentos, com juros acessíveis e prazos compatíveis;
- êxodo rural (saída do jovem da lavoura para a indústria);
- aposentadorias;
- atividade muito exigente em mão de obra e a falta de pessoal qualificado na propriedade;
- pequena propriedade, pequena escala de produção;
- displicência dos governos no que tange a definição de uma política de produção, de uma política de exportação e de parâmetros de qualidade com fiscalização efetiva;

A situação dos produtores de leite de Santa Maria

Os acontecimentos ocorridos na cadeia produtiva do leite no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul, como o esperado, apresentou reflexos na bacia leiteira de Santa Maria.

Em termos históricos a transição da economia de reserva de mercado para economia de mercado, conforme comentado anteriormente, conduziu a privatização da CORLAC a nível estadual com impacto local. A busca de alternativas dos produtores por um canal de comercialização levou em 1993 a formação da Cooperativa de Produtores de Leite Ltda. (COOPROL) com a utilização da estrutura disponível na UFSM, constituindo-se atualmente na principal cooperativa utilizada pelos produtores leiteiros de Santa Maria.

Em termos de produtores envolvidos na atividade e da produção obtida pelos mesmos, profundas modificações também puderam ser detectadas. Dados disponibilizados pelo centro de fomento da CORLAC de 1991 citam uma média de 352 produtores com um volume de leite anual produzido de 3.016.496 litros, representando 44,6% do leite produzido na Bacia leiteira constituída pelo municípios de Restinga Seca, Faxinal do Soturno, São Pedro do Sul, Silveira Martins e Santa Maria. Portanto, uma produção média anual por produtor de 8.570 litros, ou seja, 23,5 litros dia. O mesmo relatório calculava em 8.000 litros o volume comercializado diariamente no mercado informal. Ficando claro assim que do total de leite produzido em Santa Maria podíamos considerar que somente a metade era comercializado no mercado formal.

No relatório anual de 1992 da CORLAC, o número de produtores já havia diminuído para 326 e o volume produzido para 2.847.568, ou seja, 8.734 litros/produtor/ano e 24 litros/produtor/dia. Caracterizando assim a saída de 26 produtores do mercado formal representando uma redução de 7% no total de produtores, indicando o início do declínio da produção de leite em Santa Maria.

Com a privatização da CORLAC, em outubro de 1993 a COOPROL começa as suas atividades e ao final de 1994, o recebimento anual de leite alcança a 712.474 litros procedente de 65 associados. Portanto, com uma média de 10.961 litros/produtor/ano e de 30 litros/produtor/dia, valores bastante semelhantes aos verificados pelos associados da CORLAC.

Em 1997 a COOPROL recebe 1.084.538 litros de leite com média anual por produtor de 16.685 litros e diária de 45,7 litros. Estes valores demonstram um incremento na produção diária de 52,3 %. Uma possível causa para este aumento é o fato decorrente dos ajustes que os produtores foram obrigados a realizar aumentando a sua produção para permanecer na atividade.

Atualmente, os leiteiros formais de Santa Maria utilizam como canal de comercialização as cooperativas COOPROL, COOMAT e CAMNPAL. Os resultados do ano de 2002 fornecidos pelas cooperativas constam da tabela 1.

Podemos observar a grande redução de produtores envolvidos na atividade nos últimos 10 anos em Santa Maria. Enquanto que em 1992 existia 352 produtores formais, atualmente somente 115 produtores estão na atividade, ou seja, 32,5 % dos produtores de 1991. Por outro lado, a produção média diária por produtor aumentou em 75% (23,5 litros/dia para 42,2 litros dia), indicando claramente uma

profissionalização no setor. Este fato justifica a redução de 41,2 % no volume de leite formal produzido em Santa Maria no período, sendo que esta redução não foi proporcional ao número de produtores que saíram da atividade (67,5%), compensado pelo aumento de produção individual como o discutido anteriormente.

Tabela 1. Número de produtores de leite formal, produção e canais de comercialização em Santa Maria. Ano de 2002.

Cooperativa	Número de Produtores	Produção Anual Litros	Produção Diária produtor/Litros/dia
CAMNPAL	37	411.918,00	30,50
COOMAT	10	179.062,00	49,06
COOPROL	68	1.180.826,00	47,57
Total	115	1.771.806,00	42,21

Fonte: CAMNPAL(Nova Palma),COOMAT(Toropi) e COOPROL(Santa Maria)

Considerações Finais

A bacia leiteira de Santa Maria, faz parte das bacias leiteiras que reduziram a sua importância, decorrente do novo cenário criado a partir da liberação do preço do leite, no início da década de noventa. Os produtores que permaneceram na atividade adaptaram-se a este novo cenário, entretanto, representam somente 32,5% dos produtores envolvidos na atividade a uma década atrás. Estes produtores que permanecem na atividade, na sua maioria, ainda podem ser considerados pequenos, pois o volume médio produzido, apesar da evolução na produção, ainda é baixo, média de 42,21 litros/dia. Portanto, conforme a conclusão da CPI do Leite indicando que o problema dos pequenos produtores de leite é social, o dos médios é tecnológicos e dos grande é econômico, no caso de Santa Maria parece que as alternativas para a manutenção e crescimento da produção de leite devem considerar este fatos, principalmente se considerarmos como já foi dito que a maioria dos produtores são pequenos.

PROPOSTAS

1. Recuperar as verbas do Fundo Estadual de Amparo ao Produtor, para indenização de produtores quando for necessário abater para eliminar tuberculose. Para atingir leite de rua e arredores da cidade.

2. Criar via Fundo Rotativo de Desenvolvimento Rural incentivo para a produção leiteira com aporte de recursos públicos municipais, pois o problema da nossa bacia leiteira é mais social do que tecnológico.
3. Que o Serviço de Inspeção Municipal exerça fiscalização no leite informal.
4. Incentivar através de isenção de impostos às cooperativas locais que recebem leite e que este incentivo representem aumento no preço ao produtor.
5. Tecnologia existe disponível para aumento da produtividade e conseguinte para aumento da produção, desde que tenha garantia de preço ao produtor e que compense investimentos na produção.
6. Sugerimos que a Câmara de Vereadores e UFSM façam um grande debate entre autoridades, técnicos e principalmente com a participação de produtores de leite sobre o tema **“Produção de Leite em Santa Maria, aumentar, manter ou desistir?”**
7. Criar incentivos públicos para priorizar a agroindustrialização do leite produzido no Município para agregar valores ao leite, e como consequência melhor remunerar ao produtor.
8. Propor á COPROL a realização de um estudo por parte da UFSM visando detectar pontos restritivos e impulsores ao processo gerencial atualmente em vigor na Cooperativa.